



RELATÓRIO FINANCEIRO INTERCALAR CONSOLIDADO

1º SEMESTRE 2017

Construindo Parcerias Sustentáveis



CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S. A.
Rua Alexandre Herculano, 35 | 1250-009 LISBOA | PORTUGAL
Tel. (+351) 21 311 8100 | Fax. (+351) 21 356 1381
Sociedade Aberta | Número único de Pessoa Colectiva
e Cons. Reg. Com. de Lisboa:
500 722 900 | Capital Social 672 000 000 Euros

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

ÍNDICE

Relatório de Gestão Sobre a Atividade Consolidada	4
Declaração de Conformidade	15
Demonstrações Financeiras Condensadas Consolidadas	16
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	21
Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas	54
Informações Exigidas por Diplomas Legais	55
Relatório de Revisão Limitada	57

Programa de desalavancagem progrediu. EBITDA em zona de estabilidade.

O crescimento de EBITDA na Argentina, Paraguai e África do Sul, permitiu mitigar adversidades noutras geografias. O EBITDA excluindo efeitos não recorrentes manteve-se estável face ao 1S'16.

A geração de fluxo de caixa recuperou beneficiando do desarme da carteira de derivados (€209M), embora se tivesse mantido ainda em terreno negativo por conta da gestão ativa de existências no 1º trimestre.

A unidade de negócios Brasil, ainda afetada pelo contexto local, respondeu à contração de EBITDA com novas iniciativas para aumento de eficiência. Ainda assim, o atraso na recuperação do mercado brasileiro forçou o registro de uma imparidade de ativos de €192 M, determinante para o Resultado Líquido negativo.

A subsidiária Loma Negra, líder de mercado na Argentina, beneficiando do arranque de um ciclo de crescimento económico local aproximou-se dos níveis record de 2015. A nova abordagem comercial da subsidiária Yguazú Cimentos, no Paraguai, justificou o crescimento das suas vendas em 37%, num contexto de excelência industrial.

A procura de cimento em Portugal deverá ter subido cerca de 20% e as exportações Cimpor recuperaram 15%. Na África do Sul, registou-se um aumento de 35% no Volume de Negócios e de dois dígitos no EBITDA.

As operações no Egito refletiram a fase de reajustamento económico e a depreciação da moeda local que lhe está associada. Os resultados operacionais em Moçambique regrediram em reflexo do clima de instabilidade económica.

Os resultados financeiros beneficiaram da depreciação do USD a par do desarme da carteira derivados.

A dívida líquida manteve-se estável face a dezembro, apresentando uma redução de 4% face a março último, tendo beneficiado da alienação de uma participação minoritária na hidrelétrica Estreito (Brasil).

Os projetos de alienação de participações minoritárias no âmbito do programa de desalavancagem da Cimpor progrediram, perspetivando-se que este venha a beneficiar da geração de caixa livre até ao final de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
(Milhões de Euros)	2º Trimestre			Acumulado		
	2017	2016	vs 2T'16	2017	2016	'17 vs '16
Volume de Negócios	468,0	443,2	5,6%	920,9	897,3	2,6%
Cash Costs Operacionais Liq.	386,3	353,1	9,4%	755,2	727,1	3,9%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	81,6	90,1	-9,4%	165,7	170,1	-2,6%
Amortizações, Provisões e Imparidades	236,9	483,4	-51,0%	284,3	527,9	-46,2%
Resultados Operacionais (EBIT)	-155,2	-393,3	-60,5%	-118,6	-357,7	-66,9%
Resultados Financeiros	8,6	-106,3	s.s.	-53,5	-182,2	-70,6%
Resultados Antes de Impostos	-146,6	-499,6	-70,7%	-172,1	-539,9	-68,1%
Impostos sobre o Rendimento	6,9	-12,5	s.s.	11,1	-11,5	s.s.
Resultado Líquido	-153,5	-487,2	-68,5%	-183,1	-528,4	-65,3%
Atribuível a:						
Detentores de Capital	-164,2	-486,0	-66,2%	-198,6	-526,7	-62,3%
Interesses não Controlados	10,6	-1,2	s.s.	15,4	-1,7	s.s.

1. Desempenho do 1º Semestre

O EBITDA contraiu 2,6% face ao 1S'16, por força de efeitos não recorrentes, sem os quais se manteria estável contrariando a redução de atividade (-2,7% de vendas de cimento e clínquer) e o aumento de 3,9% dos Cash Costs.

A assertividade comercial permitiu um aumento do preço médio (+10%) e do volume de negócios em 2,6%. A resposta da Loma Negra ao novo ciclo de crescimento argentino, a expansão da atividade no Paraguai num registo de benchmarking industrial, a recuperação do mercado português e a excelência operacional da África do Sul, compensaram as condições de mercado desfavoráveis persistentes no Brasil, os ajustes da economia egípcia e o contexto adverso em Moçambique.

A evolução dos Resultados Financeiros foi favorável, mas a imparidade nos ativos do Brasil (€192M) induziu um Resultado Líquido negativo em €199M.

A geração de caixa líquida para a companhia foi positiva no 2T'17 (€76M), melhorando este indicador em termos semestrais, apesar do mesmo ter permanecido ainda em terreno negativo no 1S'17. A preparação para o crescimento de curto prazo e gestão de existências para minimizar os custos variáveis exigiu um maior investimento em fundo de maneio no 1T'17. O Capex refletiu melhorias de eficiência energética, os requisitos ambientais e a aquisição de terrenos para otimizar a operação de betão no Brasil.

A Dívida Líquida evidenciou melhorias ao longo do 1S'17.

As **Vendas** de Cimento e Clínquer somaram 11,5 milhões de toneladas no 1S'17, beneficiando do crescimento do consumo na Argentina, do aumento da participação no mercado do Paraguai e da África do Sul e recuperação das operações em Portugal. No entanto, as vendas consolidadas de cimento e clínquer caíram 2,7% penalizadas pela crise brasileira, os ajustes económicos no Egito e o contexto adverso em Moçambique.

O **Volume de Negócios** de €921M recuperou 2,6% face ao 1S'16. Um ajuste do preço médio de +10% compensou as menores vendas. A unidade de negócio Argentina, beneficiando da expansão do mercado local, incorporou a inflação dos custos nos preços, o Paraguai cresceu via volume tal como Portugal, e a unidade de negócios sul-africana superou o mercado local abordando novos segmentos de mercado.

A Cimpor registou um **EBITDA** de €166M. Este contraiu 2,6% face ao 1S'16, mantendo-se estável se excluídos os custos não recorrentes, e aumentando 4% se também excluídos os efeitos da gestão de licenças de CO₂.

Os custos não recorrentes observados no 1S'17 somaram €7,8M, maioritariamente por conta de despesas de indemnização e compensação, principalmente registadas no Egito e Argentina no âmbito das iniciativas locais de aumento de eficiência. Por outro lado, as vendas de licenças de emissão de CO₂ de € 3 milhões no 1S'17 contrastaram com € 10 milhões no 1S'16.

A combinação da renovada abordagem comercial, com o pacote de iniciativas de aumento de eficiência dinamizado em 2016 - ajustes na rede industrial, otimização da matriz de energia e redesenhado suporte às operações - atenuou o efeito da redução de atividade observada no 1S'17 e permitiu mitigar o aumento de custos, em especial dos custos energéticos (preço do petcoque aumentou 33%).

O atraso nas perspetivas de recuperação do mercado brasileiro requereu o reconhecimento de imparidades dos ativos no Brasil correspondentes a projetos de aumento de capacidade que não encontram no presente momento os requisitos de procura necessários à sua persecução. Este registo assume características de reversibilidade se e quando os pressupostos de rentabilidade destes projetos se alterarem. O registo desta imparidade justifica o valor apresentado na rubrica **Amortizações, Provisões e Imparidades** no 1S'17. No 1S'16, a mesma rubrica havia registado uma imparidade sobre o goodwill de carácter irreversível.

Os **Resultados Financeiros** reduziram a acumulação de custos líquidos a €54M (-71% vs 1S'16) por força do efeito cambial positivo de €95M, nomeadamente da depreciação do USD na dívida, que beneficiou da operação de desarme da carteira de derivados USD-Euro concluída no 2T'17.

O **Resultado Líquido**, embora ainda negativo essencialmente por conta da imparidade nos ativos já referida, evoluiu favoravelmente face a 1S'16 cifrando-se em -€199M.

A geração de **Fluxo de Caixa para a Empresa** evoluiu favoravelmente em €191M contra 1S'16, embora se mantenha ainda em terreno negativo. No 2T'17 o Fluxo de Caixa foi positivo em €76M compensando parcialmente o valor do 1T'17 - €120M - afetado pelos requisitos de gestão de existências com o intuito de minimizar os custos variáveis. No 2T'17 foi contabilizado o desarme da carteira de derivados USD-EUR, que incrementou o valor de caixa e equivalentes em USD223M (cerca de €209M).

No 1S'17 o Capex reflete os investimentos para melhoria de eficiência energética, os requisitos ambientais e aquisição de terrenos industriais no Brasil.

Em maio de 2017, a Cimpor assinou um acordo para vender parte da sua participação na hidroelétrica Estreito (Brasil) por BRL290M (cerca de €77M). A conclusão deste processo no 2S'17 permitirá que os fundos correspondentes sejam transferidos da conta caucionada em que se encontram passando a constar no mapa de Fluxo de Caixa em Caixa e Equivalentes.

MAPA DE GERAÇÃO DE CAIXA		
(Milhões de Euros)	1º semestre	
	2017	2016
EBITDA Ajustado ¹	173	174
Fundo de Maneio	-167	-155
Outros	-11	-19
Atividades Operacionais	-5	0
Juros Pagos	83	-126
Impostos Pagos	-19	-19
Fluxo de Cx antes de investimentos	59	-145
CAPEX	-88	-76
Vendas de Ativos / Outros	4	4
Fluxo de Cx para a empresa	-26	-216
Novos empréstimos e debentures	107	181
Pagamento de emprést. e debentures	-268	-42
Outras Atividades de Financiamento	24	-8
Alterações em caixa e equiv. de caixa	-162	-85
Diferenças de câmbio	-22	-4
Caixa e equiv. de cx, final do período	343	618

¹ EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes.

O **Total do Ativo** (€4.209M) registou uma redução de 15% face a 31 de dezembro de 2016, por via da depreciação cambial, em especial das moedas de registo dos principais ativos (BRL e ARS), da já referida imparidade de ativos (com efeito de balanço de €176M) e do registo corrente de amortizações e depreciações.

A Cimpor registou uma **Dívida Líquida** de €3.371M a 30 de junho de 2017, em linha com 31 de dezembro de 2016, e 4% abaixo de 31 de março de 2017, beneficiando (em €77M) da recente alienação de 19,2% da sua participação na Estreito Participações, S.A. – subsidiária totalmente detida pela Cimpor e detentora da participação de 4,44% no capital social do consórcio explorador CESTE –Consórcio Estreito Energia Usina Hidrelétrica Estreito (Rio Tocantins, Tocantins – Brasil).

Esta transação sucede às já anunciadas Barra Grande (BAESA) e Machadinho (MAESA), completando a alienação de ativos energéticos, estrategicamente definida no programa de fortalecimento do capital da empresa.

Também no âmbito das iniciativas para redução do nível de endividamento da companhia, a Cimpor progrediu nos projetos de alienação de participações minoritárias nas suas subsidiárias, em especial da Loma Negra (Argentina), como fica patente na secção de “6. Eventos Subsequentes” deste relatório.

SÍNTESE DO BALANÇO CONSOLIDADO			
(Milhões de Euros)	30 Jun 2017	31 dez 2016	Var. %
Ativo			
Ativos não Correntes	3.045	3.723	-18,2
Ativos Correntes			
Caixa, Bancos e Títulos Negociáveis	441	576	-23,4
Outros Ativos Correntes	723	678	6,6
Total do Ativo	4.209	4.977	-15,4
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	(767)	(446)	72,1
Interesses sem Controlo	49	37	35,1
Total Capital Próprio	(717)	(409)	75,5
Passivos não Correntes			
Empréstimos e Locações Financeiras	2.559	3.132	-18,3
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	106	111	-4,7
Outros Passivos	432	479	-9,6
Passivos Correntes			
Empréstimos e Locações Financeiras	1.263	1.063	18,9
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	2	4	-49,0
Outros Passivos	564	597	-5,6
Total Passivo	4.926	5.386	-8,5
Total Passivo e Capital Próprio	4.209	4.977	-15,4

2. Detalhe de operações – 1S'17

Brasil

O enquadramento macroeconómico afetou o consumo de cimento (-8,8%) num momento em que a elevada capacidade ociosa na indústria local penalizava os preços de mercado.

A exposição da Cimpor a regiões altamente competitivas induziu a redução das vendas de cimento e clínquer em 11%. As iniciativas para aumento de eficiência implementadas recentemente atenuaram a deterioração do EBITDA, num cenário de aumento de tarifas elétricas e menor diluição dos custos fixos.

No mesmo período a Cimpor realizou vários esforços de adequação à realidade atual no Brasil e reduziu o Cash Cost em €218, situando-se 4,3% abaixo de 2016.

Ainda assim, com a atual taxa de ocupação da indústria brasileira de cimento, não se perspetiva nos próximos meses a retoma de investimentos em aumento de capacidade, levando então à necessidade de registo de imparidade em alguns projetos.

Argentina e Paraguai

A unidade de negócios da Argentina e do Paraguai aumentou a geração de EBITDA em 45% face ao 1S'16, com uma margem EBITDA de 26,2% e reafirmando a presença da Cimpor na região.

Argentina

A melhoria do enquadramento económico voltou a favorecer as vendas de cimento, que revelaram um aumento do ritmo de crescimento mês a mês. O redesenho da estrutura de custos a par da abordagem comercial ajustada às circunstâncias de inflação local, foi bem-sucedida.

O crescimento do EBITDA na Argentina ascendeu a 43% face ao 1S'16, apesar dos efeitos não recorrentes registados com indemnizações e compensações.

Paraguai

O redesenho da estratégia comercial ampliou o alcance e profundidade da companhia no mercado local elevando as vendas de cimento e clínquer em 34%. O elevado nível de eficiência industrial nesta geografia combinado com o aumento de atividade levou a que a margem EBITDA se reafirmasse como *benchmark* interno e externo.

Refira-se aliás que a performance da companhia no Paraguai vem ultrapassando os parâmetros técnicos de base do fornecedor.

África

A instabilidade política e económica no Egito e em Moçambique afetou negativamente o EBITDA, anulando o efeito do sucesso da nova estratégia de negócio da companhia na África do Sul.

Egito

O período de ajustamento macroeconómico que o Egito atravessa fez-se refletir na depreciação em 50% da moeda local e na desarticulação económica própria das circunstâncias - inibindo o consumo de cimento, apesar da resiliência característica deste mercado.

A Cimpor reagiu, adequando a sua estratégia comercial por forma a tirar partido da sua marca *premium* na resposta ao fraco desempenho do mercado e, simultaneamente, reiniciou a atividade exportadora.

A flexibilidade e a eficiência operacional trazidas pelo moinho de carvão recentemente instalado (programa de melhoria da matriz energética) compensaram parcialmente o aumento acentuado dos custos energéticos após a alteração das políticas de subsídios - combustível + 44%, eletricidade+ 20% -, e as indemnizações e compensações não recorrentes pela redução de efetivos.

Moçambique

Em face da turbulência política / económica desde o final de 2016, a procura local de cimento caiu mais de 30% no 1S'17, deteriorando o Volume de Negócios em 28%. Em moeda local, a retração do Volume de Negócios foi contida a 13%, beneficiando da política comercial adotada que incorporou parcialmente a inflação de custos observada.

O efeito da recente implementação de iniciativas de estímulo à eficiência viu-se contrariado pelos aumentos das tarifas energéticas: Gcal subiu 50%, enquanto o Mwh triplicou face ao 1S'16.

África do Sul

A reforçada dinâmica comercial alimentou um crescimento de 15% das vendas, respondendo ao plano de otimização industrial, nomeadamente a um upgrade de eficiência industrial por via do aumento na utilização de capacidade instalada.

Apesar de beneficiar de uma apreciação de 20% da moeda local, o EBITDA aumentou moderadamente, refletindo as intervenções de manutenção no 1T'17.

Portugal e Cabo Verde

O crescimento do mercado interno em Portugal e a recuperação das exportações combinadas com o pacote de eficiência recentemente implementado aumentaram a geração de resultados operacionais desta unidade de negócio.

Contudo, a gestão de licenças de emissão de CO₂, nomeadamente a diferença de vendas de 7 milhões de euros - €10M no 1S'16, face a €3M de vendas no 1S'17 - justificaram a diminuição de EBITDA de €3M desta unidade de negócio. Excluindo o efeito das vendas de CO₂, o EBITDA teria revelado um incremento de 21%.

Portugal

No 1S'17 a procura local continuou a recuperar - estima-se que tenha aumentado cerca de 20% - enquanto as exportações da Cimpor (principalmente de clínquer) com maior incidência no segundo trimestre, registaram um aumento de 17%. O Volume de Negócios aumentou 14%.

Cabo Verde

Obras de maior envergadura demoraram a arrancar, no entanto é esperada uma recuperação gradual.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER						
(Milhares de toneladas)	2º Trimestre			Acumulado		
	2017	2016	vs 2T'16	2017	2016	'17 vs '16
Brasil	1.891	2.018	-6,3%	3.811	4.285	-11,1%
Argentina	1.495	1.364	9,6%	2.941	2.772	6,1%
Paraguai	129	112	15,5%	277	201	37,4%
Portugal	1.008	793	27,2%	1.780	1.523	16,8%
Cabo Verde	50	55	-10,0%	93	104	-11,1%
Egito	657	708	-7,3%	1.379	1.560	-11,6%
Moçambique	265	414	-36,0%	516	782	-34,0%
África do Sul	400	336	18,9%	750	652	15,1%
Sub-Total	5.895	5.801	1,6%	11.547	11.880	-2,8%
Eliminações Intra-Grupo	-54	-48	13,2%	-86	-97	-11,4%
Total Consolidado	5.841	5.753	1,5%	11.461	11.783	-2,7%

VOLUME DE NEGÓCIOS						
(Milhões de Euros)	2º Trimestre			Acumulado		
	2017	2016	vs 2T'16	2017	2016	'17 vs '16
Brasil	109	122	-10,4%	230	257	-10,5%
Argentina	188	135	39,3%	360	269	34,0%
Paraguai	14	13	11,6%	31	23	33,8%
Portugal	69	61	13,6%	130	114	13,6%
Cabo Verde	8	9	-12,9%	15	17	-14,1%
Egito	21	43	-52,3%	45	96	-53,5%
Moçambique	25	30	-18,1%	46	64	-28,1%
África do Sul	35	26	35,4%	67	49	35,4%
Trading / Shipping	49	35	40,6%	95	83	15,0%
Outras	12	11	2,6%	23	22	1,2%
Sub-Total	529,0	484,4	9,2%	1.041,4	995,2	4,6%
Eliminações Intra-Grupo	-61	-41	48,1%	-121	-98	23,1%
Total Consolidado	468,0	443,2	5,6%	920,9	897,3	2,6%

EBITDA						
(Milhões de Euros)	2º Trimestre			Acumulado		
	2017	2016	vs 2T'16	2017	2016	'17 vs '16
Brasil	3,8	12,1	-68,4%	12,5	29,2	-57,0%
Argentina e Paraguai	50,5	35,8	41,1%	102,5	70,9	44,6%
Portugal e Cabo Verde	11,0	16,1	-31,6%	21,6	24,3	-11,3%
África	15,0	25,3	-40,7%	26,2	43,0	-38,9%
Trading / Shipping e Outros	1,3	0,9	54,8%	2,9	2,8	1,9%
Consolidado	81,6	90,1	-9,4%	165,7	170,1	-2,6%
Margem EBITDA	17,4%	20,3%	-2,9 p.p.	18,0%	19,0%	-1,0 p.p.

3. Perspetivas

A Cimpor identifica um conjunto de sinais positivos nas perspetivas de curto prazo para as regiões do seu portfólio de atividade, o que lhe permite antecipar uma evolução positiva do negócio até o final do ano e uma melhoria das expectativas para os seus resultados a curto prazo. Do lado dos custos, as tarifas de energia serão cuidadosamente monitoradas após o acentuado aumento observado no 1S'17, enquanto os custos fixos deverão ser diluídos à medida que o volume de atividade retome o crescimento.

A combinação das perspetivas divulgadas pelo Banco Central do Brasil - que antecipam o fim da recessão económica no Brasil em 2017 (crescimento estimado do PIB de 0,41% e crescimento adicional de 2,3% em 2018), - a tendência positiva da BOVESPA e a aparente recuperação de alguns setores económicos no 1S permitem uma melhor expectativa de curto prazo para a economia local. Tais perspetivas poderão vir a beneficiar a indústria de cimento, com aumento da procura no médio prazo - uma vez que o setor historicamente têm uma recuperação mais lenta - a beneficiar o aumento da taxa de utilização de capacidade que presentemente ronda os 50%.

Acresce que, em termos de consumo, em junho de 2017, quando as vendas acumuladas de cimento desciam 9%, o SNIC atualizou as suas estimativas de consumo de cimento em 2017 para um intervalo entre -5% e -9% abrindo margem para um início de retomada da procura.

Neste contexto, a Cimpor progride com novas iniciativas de eficiência, estruturando-se para fazer face às restrições de mercado e posicionando-se num novo patamar de eficiência industrial em antecipação à recuperação deste mercado. Entre estas iniciativas constam: intensificação de CRM, avanço na redução de custos operacionais, otimização de ativos e gestão de contratos com fornecedores.

As perspetivas da atividade da Cimpor na Argentina e no Paraguai são especialmente animadoras. A reestruturação económica da Argentina começa a dar os seus frutos e é bem patente nos índices macroeconómicos, que consensualmente ilustram um crescimento perseverante para os próximos anos. Prevê-se que o consumo de cimento encerre 2017 com um crescimento de cerca de 8%.

As operações da Loma Negra devem beneficiar do desenvolvimento deste mercado, impulsionando a geração de EBITDA da companhia e reforçando a sua liderança local. Neste sentido a Cimpor, encontra-se a desenvolver estudos e projetos de aumento de capacidade de produção de cimento na Argentina para que possa vir a responder à materialização do potencial aumento de consumo de cimento nesta geografia.

No Paraguai, também com um cenário económico favorável, a companhia deverá tirar partido da velocidade de cruzeiro da sua unidade industrial a par do aumento de quota de mercado.

As operações de África deverão beneficiar de uma maior estabilidade política e económica em Moçambique - a intervenção do FMI e a recuperação das exportações de carvão antecipam um melhor 2S vs 1S'17.

No Egito as medidas económicas de reestruturação deverão estimular a retoma económica no curto prazo, viabilizando o arranque *pipeline* de projetos de infraestruturas e a recuperação da procura de cimento pelo

setor residencial em 2018. A Cimpor continuará a procurar a otimização da sua matriz energética, agora com maior flexibilidade na sequência da recente instalação do moinho de carvão.

Na África do Sul, a empresa prosseguirá com a sua atual política comercial, reforçando a sua posição nos novos segmentos de mercado com uma intensificação da sua abordagem.

Os setores residenciais e comerciais de Portugal deverão continuar a alimentar a procura de cimento. No que toca à exportação, antecipa-se a continuação do crescimento de volumes com a expansão e diversificação da sua base de clientes internacionais da Cimpor, beneficiando do abastecimento pelas unidades industriais em Portugal amplamente reconhecidas pela sua eficiência industrial.

A monetização de ativos progrediu no 1S'17 com a alienação de parte da participação na hidroelétrica Estreito, completando-se a alienação de ativos energéticos, estrategicamente definida no programa de fortalecimento do capital da empresa.

Simultaneamente assistiu-se a uma evolução dos projetos de alienação de participações minoritários, em especial na Argentina (Loma Negra).

Neste contexto, ao qual acresce a perspetiva favorável na evolução da geração de caixa pela atividade corrente da companhia, antecipa-se que o fecho de 2017 evidencie progressos de desalavancagem financeira.

4. Ações Cimpor

Ações Próprias:

A 30 de junho de 2017, o capital social da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., encontrava-se representado por 672.000.000 ações, sem valor nominal, todas elas admitidas à negociação na Euronext Lisboa.

Em 31 de dezembro do ano transato, a Cimpor detinha em carteira 5.906.098 ações próprias, não tendo alienado ou adquirido ações no primeiro semestre de 2017, pelo que o número de ações próprias permanece inalterado em 30 de junho de 2017.

Processo de Delisting:

A 21 de junho de 2017, a InterCement Austria Holding, GmbH, acionista controladora da Cimpor, viu aprovada na Assembleia Geral de Acionistas a sua proposta de Delisting para esta companhia.

Na sequência, no dia 28 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Cimpor apresentou junto da CMVM o Requerimento de Perda de Qualidade de Sociedade Aberta.

5. Acontecimentos Societários mais Relevantes do 1ºS 2017

Data	Resumo
14 março	Anúncio dos Resultados Consolidados do exercício de 2016
14 março	Cimpor publica Convocatória para Assembleia Geral de 5 de abril de 2017
05 abril	Assembleia Geral Anual de 2017 deliberou aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016, prevendo a não distribuição de dividendos; sendo todos os restantes pontos da ordem do dia aprovados.
24 maio	Apresentação de Resultados do 1º Trimestre de 2017
26 maio	Cimpor publica Convocatória para Assembleia Extraordinária de 21 de junho de 2017
07 junho	Informação Privilegiada sobre a sua subsidiária Loma Negra
21 junho	Assembleia Geral Extraordinária deliberou aprovar o Delisting proposto pelo acionista controlador.
28 junho	Conselho de Administração apresenta requerimento de perda de qualidade de Sociedade Aberta

6. Eventos Subsequentes

Loma Negra - Argentina

No passado dia 5 de setembro de 2017, a Cimpor informou que no âmbito das iniciativas que se encontra a desenvolver tendo em vista a redução da sua alavancagem financeira, o Conselho de Administração da subsidiária da Cimpor na Argentina, Loma Negra, CIASA. (“Loma Negra”), continuou a promover iniciativas que permitam dotar aquela subsidiária dos requisitos necessários para promover uma oferta de capital nos mercados de capitais Argentino e internacionais. Neste enquadramento submeteu nessa mesma data à U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC” nos Estados Unidos da América) o documento F1 (Registration Statement Under the Securities Act of 1933).

Yguazú Cimentos – Paraguai

Em 8 de agosto de 2017, a controlada Yguazú Cimentos captou dois novos empréstimos em guaranis, no montante total de PYG 423.000 milhões, equivalentes a cerca de €65M. No primeiro ano, os juros variam entre 8,5% a 9% ao ano, e para os demais anos, os juros serão calculados conforme taxa média divulgada pelo Banco Central Paraguai, mais spread. Os juros são devidos semestralmente, a partir de fevereiro de 2018, e a dívida será liquidada em quinze parcelas semestrais, a partir de agosto de 2018. Os recursos foram destinados para o pagamento antecipado da totalidade dos empréstimos daquela subsidiária. Os referidos empréstimos estão garantidos por hipoteca da instalação fabril no Paraguai e penhora dos seus ativos.

7. Declaração de conformidade

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo Cimpor); e o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

Lisboa, 13 de setembro de 2017

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Armando Sérgio Antunes da Silva

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

José Édison Barros Franco

António Henriques de Pinho Cardão

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1º SEMESTRE 2017

 **CIMPOR**
uma empresa  **InterCement**

Construindo Parcerias Sustentáveis

Demonstração Condensada

do Resultado e de Outro Rendimento Integral Consolidado dos Semestres e Trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	1º semestre		2º trimestre	
		2017	2016	2017	2016
Proveitos operacionais:					
Vendas e prestações de serviços	6	920.854	897.294	467.983	443.161
Outros proveitos operacionais		17.185	22.947	8.650	17.690
Total de proveitos operacionais		938.039	920.241	476.633	460.850
Custos operacionais:					
Custo das vendas		(178.063)	(197.703)	(98.287)	(95.819)
Fornecimentos e serviços externos		(421.498)	(409.515)	(207.931)	(202.445)
Custos com o pessoal		(150.785)	(129.318)	(74.365)	(66.186)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	6	(283.780)	(526.973)	(236.302)	(482.994)
Provisões	6 e 17	(475)	(923)	(552)	(399)
Outros custos operacionais		(22.003)	(13.556)	(14.415)	(6.311)
Total de custos operacionais		(1.056.603)	(1.277.989)	(631.852)	(854.154)
Resultado operacional	6	(118.565)	(357.748)	(155.220)	(393.304)
Custos e proveitos financeiros, líquidos	6 e 7	(53.520)	(182.486)	8.833	(106.721)
Resultados relativos a empresas associadas	6 e 7	67	230	(111)	160
Resultados relativos a investimentos	6 e 7	(34)	86	(131)	215
Resultado antes de impostos	6 e 8	(172.052)	(539.917)	(146.629)	(499.649)
Impostos sobre o rendimento	6 e 8	(11.090)	11.505	(6.917)	12.463
Resultado líquido dos períodos	6	(183.142)	(528.412)	(153.546)	(487.186)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:					
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:					
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	8	367	(1.506)	367	(1.512)
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:					
Instrumentos financeiros de cobertura	8	10.942	(5.076)	4.915	(633)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		(135.000)	93.100	(154.627)	139.262
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		(123.690)	86.518	(149.345)	137.117
Rendimento integral consolidado dos períodos		(306.832)	(441.894)	(302.891)	(350.069)
Resultado líquido dos períodos atribuível a:					
Detentores do capital	10	(198.567)	(526.714)	(164.169)	(485.974)
Interesses sem controlo	6	15.425	(1.698)	10.623	(1.212)
		(183.142)	(528.412)	(153.546)	(487.186)
Rendimento integral consolidado dos períodos atribuível a:					
Detentores do capital		(320.233)	(438.660)	(311.297)	(348.592)
Interesses sem controlo		13.401	(3.234)	8.406	(1.477)
		(306.832)	(441.894)	(302.891)	(350.069)
Resultado por ação das operações:					
Básico	10	(0,30)	(0,79)	(0,25)	(0,73)
Diluído	10	(0,30)	(0,79)	(0,25)	(0,73)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho 2017.

Demonstração Condensada

da Posição Financeira Consolidada em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Ativos não correntes:			
Goodwill	11	971.191	1.061.409
Ativos intangíveis		28.059	29.803
Ativos fixos tangíveis	12	1.782.273	2.135.141
Propriedades de investimento		6.529	7.442
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	6	7.889	8.582
Outros investimentos		5.187	8.292
Outras dívidas de terceiros		34.959	36.756
Estado e outros entes públicos		26.880	49.634
Outros ativos não correntes	19	1.624	215.450
Ativos por impostos diferidos	8	179.986	170.365
Total de ativos não correntes		<u>3.044.577</u>	<u>3.722.873</u>
Ativos correntes:			
Existências		443.877	409.321
Cientes e adiantamentos a fornecedores		178.052	157.279
Outras dívidas de terceiros		38.833	39.004
Estado e outros entes públicos		48.324	40.567
Caixa, bancos e títulos negociáveis	20	441.467	575.965
Outros ativos correntes	19	13.527	31.905
Total de ativos correntes		<u>1.164.080</u>	<u>1.254.042</u>
Total do ativo	6	<u>4.208.657</u>	<u>4.976.915</u>
Capital próprio:			
Capital	13	672.000	672.000
Ações próprias	14	(27.216)	(27.216)
Ajustamentos de conversão cambial	15	(1.177.476)	(1.044.500)
Reservas		344.368	334.206
Resultados transitados		(380.017)	407.608
Resultado líquido do período	10	(198.567)	(787.625)
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>(766.907)</u>	<u>(445.527)</u>
Interesses sem controle		49.428	36.595
Total de capital próprio	6	<u>(717.480)</u>	<u>(408.932)</u>
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	8	397.703	434.879
Benefícios pós-emprego		21.453	21.825
Provisões	17	84.351	89.143
Empréstimos	18	2.558.563	3.131.847
Outras dívidas a terceiros		16.890	22.299
Estado e outros entes públicos		16.453	13.138
Outros passivos não correntes	19	1.352	8.199
Total de passivos não correntes		<u>3.096.764</u>	<u>3.721.330</u>
Passivos correntes:			
Benefícios pós-emprego		748	903
Provisões	17	1.389	3.284
Empréstimos	18	1.263.324	1.062.912
Fornecedores e adiantamentos de clientes		229.340	276.074
Outras dívidas a terceiros	2	126.505	88.158
Estado e outros entes públicos		68.977	67.393
Outros passivos correntes	19	139.088	165.792
Total de passivos correntes		<u>1.829.372</u>	<u>1.664.517</u>
Total do passivo	6	<u>4.926.136</u>	<u>5.385.847</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>4.208.657</u>	<u>4.976.915</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2017.

Demonstração Condensada

das Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2015		672.000	(27.216)	(1.084.050)	299.256	478.849	(71.231)	267.609	41.046	308.655
Resultado líquido do período	6	-	-	-	-	-	(526.714)	(526.714)	(1.698)	(528.412)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	94.649	(6.595)	-	-	88.054	(1.536)	86.518
Total do rendimento consolidado integral		-	-	94.649	(6.595)	-	(526.714)	(438.660)	(3.234)	(441.894)
Aplicação do resultado consolidado de 2015:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(71.231)	71.231	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(512)	(512)
Variações de participações financeiras e outros		-	-	-	-	1	-	1	-	1
Saldo em 30 de junho de 2016		672.000	(27.216)	(989.401)	292.661	407.620	(526.714)	(171.050)	37.299	(133.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		672.000	(27.216)	(1.044.500)	334.206	407.608	(787.625)	(445.527)	36.595	(408.932)
Resultado líquido do período	6	-	-	-	-	-	(198.567)	(198.567)	15.425	(183.142)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	(132.976)	11.309	-	-	(121.667)	(2.024)	(123.690)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(132.976)	11.309	-	(198.567)	(320.233)	13.401	(306.832)
Aplicação do resultado consolidado de 2016:										
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	(787.625)	787.625	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(349)	(349)
Variações de participações financeiras e outros		-	-	-	(1.147)	-	-	(1.147)	(219)	(1.366)
Saldo em 30 de junho de 2017		672.000	(27.216)	(1.177.476)	344.368	(380.017)	(198.567)	(766.907)	49.428	(717.480)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2017.

Demonstração Condensada

dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Semestres e Trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	1º semestre		2º trimestre	
		2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais:					
Fluxos das atividades operacionais	(1)	(23.842)	(18.924)	9.956	(743)
Atividades de investimento:					
Recebimentos provenientes de:					
Títulos negociáveis e outros investimentos		33.349	12.647	1.450	12.224
Ativos fixos tangíveis		2.941	1.627	1.265	995
Juros e proveitos similares		1.963	3.370	1.055	656
Dividendos		839	869	713	727
		<u>39.092</u>	<u>18.513</u>	<u>4.482</u>	<u>14.602</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Alterações de perímetro de consolidação por aquisições	4 e 21	(14.642)	-	(14.642)	-
Títulos negociáveis e outros investimentos		(5.016)	(17.702)	(5.016)	(758)
Ativos fixos tangíveis		(73.023)	(75.394)	(29.633)	(47.113)
Ativos intangíveis		(831)	(174)	(122)	(77)
Outros		-	-	-	35
		<u>(93.513)</u>	<u>(93.270)</u>	<u>(49.413)</u>	<u>(47.913)</u>
Fluxos das atividades de investimento	(2)	(54.421)	(74.758)	(44.931)	(33.310)
Atividades de financiamento:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos	20	107.296	181.429	84.865	157.453
Outros	19 e 20	209.201	-	209.201	-
		<u>316.496</u>	<u>181.429</u>	<u>294.065</u>	<u>157.453</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos	20	(267.607)	(42.034)	(215.540)	(3.687)
Juros e custos similares		(128.320)	(129.441)	(106.171)	(76.159)
Outros	20	(4.673)	(1.199)	(3)	(162)
		<u>(400.600)</u>	<u>(172.674)</u>	<u>(321.714)</u>	<u>(80.008)</u>
Fluxos das atividades de financiamento	(3)	(84.104)	8.755	(27.649)	77.445
Variação de caixa e seus equivalentes	(4)=(1)+(2)+(3)	(162.367)	(84.926)	(62.623)	43.392
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		(21.985)	(4.183)	(23.493)	8.194
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		527.002	707.198	527.002	566.503
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20	342.650	618.089	440.886	618.089

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2017.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 30 de junho de 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

1. Nota introdutória

Informação geral

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR” ou “Empresa”), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 30 de junho de 2017 detinha atividades operacionais em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde (“Grupo Cimpor” ou “Grupo”).

O fabrico e comercialização do cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Trading e Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas fora de Portugal.

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de setembro de 2017. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2017 foram preparadas em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, ajustadas no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de

Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o período económico iniciado em 1 de janeiro de 2017.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em particular verifica-se que em 30 de junho de 2017 o capital próprio atribuível a acionistas é negativo em 766.907 milhares de Euros e que o passivo corrente no montante de 1.829.372 milhares de Euros é superior ao ativo corrente, cujo montante total ascende a 1.164.080 milhares de Euros. Contudo, o Conselho de Administração tem em curso um conjunto de ações, quer ao nível operacional, quer ao nível da sua política de financiamento, visando incrementar os seus níveis de eficiência e produtividade e, simultaneamente, a redução do nível de alavancagem.

No âmbito destas medidas, insere-se a assinatura em 15 de maio de 2017 pela InterCement Brasil de um contrato promessa de compra e venda das 34.828.317 ações preferenciais que compõem o capital social da controlada Estreito Participações S.A., representando 19,2% do mesmo, pelo montante de 290 milhões de reais (cerca de 77 milhões de euros). A contrapartida do valor recebido foi contabilizada em “Outras dívidas a terceiros-correntes”, aguardando-se o cumprimento das condições contratuais para que a venda seja concretizada.

De referir ainda que no âmbito das iniciativas que o Grupo se encontra a desenvolver tendo em vista a redução da sua alavancagem financeira, o Conselho de Administração da sua subsidiária na Argentina Loma Negra, CIASA. (“Loma Negra”) tem em curso um processo que poderá culminar com uma oferta pública inicial (“IPO”) de parte do capital da Loma Negra, quer no mercado de capitais doméstico, quer nos Estados Unidos. Nesse sentido, foi efetuado em 5 de setembro de 2017 o registo junto da Securities and Exchange Commission da referida oferta (Nota 23).

Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e descritas no respetivo anexo, as quais para o efeito deverão ser lidas em conjunto.

4. Alterações no perímetro de consolidação

No semestre findo em 30 de junho de 2017, ocorreu, na área de negócios do Brasil, a aquisição de 100% da participação financeira na CECC Incorporadora e Administradora de Bens, Ltda., pelo montante de 14.642 milhares de euros (Notas 12 e 21).

5. Cotações

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, bem como dos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
	Junho 2017	Dezembro 2016	Var.% (a)	Junho 2017	Junho 2016	Var.% (a)
USD Dólar americano	1,1411	1,0550	(7,5)	1,0835	1,1151	2,9
BRL Real brasileiro	3,7750	3,4384	(8,9)	3,4514	4,1121	19,1
MZN Novo metical moçambicano	67,3266	75,2056	11,7	70,6058	58,4694	(17,2)
CVE Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP Libra egípcia	20,6171	18,9862	(7,9)	19,5921	9,7111	(50,4)
ZAR Rand sul africano	14,9387	14,4531	(3,3)	14,2689	17,2085	20,6
ARS Peso argentino	18,9766	16,7642	(11,7)	17,0344	15,8992	(6,7)
PYG Guarani paraguaio	6.346,26	6.092,32	(4,0)	6.115,42	6.373,31	4,2

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

6. Segmentos operacionais

A principal informação relativa aos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a áreas geográficas onde o Grupo opera, é a seguinte:

	Junho 2017				Junho 2016			
	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais
Clientes externos	Intersegmentais	Total	Clientes externos		Intersegmentais	Total		
Segmentos operacionais:								
Brasil	229.602	531	230.133	(219.317)	256.902	288	257.190	(439.606)
Argentina e Paraguai	391.413	-	391.413	76.418	292.083	-	292.083	46.732
Portugal e Cabo Verde	113.217	31.378	144.595	5.720	97.008	34.208	131.216	7.645
Egito	44.585	-	44.585	(527)	95.901	-	95.901	10.606
Moçambique	46.000	-	46.000	3.384	64.020	-	64.020	9.245
África do Sul	65.583	1.200	66.783	13.770	47.884	1.454	49.338	11.494
Total	890.401	33.109	923.510	(120.553)	853.798	35.950	889.748	(353.884)
Não afetas a segmentos (a)	30.453	87.415	117.868	1.989	43.496	61.685	105.181	(3.863)
Eliminações	-	(120.524)	(120.524)	-	-	(97.635)	(97.635)	-
	920.854	-	920.854	(118.565)	897.294	-	897.294	(357.748)
Custos e proveitos financeiros, líquidos				(53.520)				(182.486)
Resultados relativos a empresas associadas				67				230
Resultados relativos a investimentos				(34)				86
Resultado antes de impostos				(172.052)				(539.917)
Impostos sobre o rendimento				(11.090)				11.505
Resultado líquido do período				(183.142)				(528.412)

(a) Esta rubrica inclui sociedades holdings e tradings não afetas a segmentos específicos.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, os Resultados operacionais no Segmento “Portugal e Cabo Verde” encontram-se influenciados pelo registo de um ganho líquido de 2.913 milhares de euros (9.753 milhares de euros no semestre findo em 30 de junho de 2016), em resultado da alienação de 600.000 licenças de emissão de CO₂ (2.250.000 licenças no semestre findo em 30 de junho de 2016).

Também neste semestre, adquiriram-se 2.000.000 licenças, pelo montante de 9.503 milhares de euros. Em abril de 2017 foram restituídas 2.106.622 licenças, referentes às emissões do ano de 2016 (2.927.472 licenças restituídas em abril 2016, referentes às emissões do ano de 2015).

De referir ainda que em resultado essencialmente de processos de reestruturações em curso no Grupo, com particular relevo nas Áreas de negócio do Egito e Argentina, os custos não recorrentes com indemnizações e outros ascenderam no semestre findo em 30 de junho de 2017 a cerca de 7.800 milhares de euros (cerca de 4.600 milhares de euros no semestre findo em 30 de junho de 2016).

Na nota 11 é efetuada uma análise das variações ocorridas em alguns dos segmentos geográficos.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes montantes:

	Junho 2017	Junho 2016
Segmentos operacionais:		
Brasil	8.011	-
Argentina e Paraguai	3.627	1.970
Portugal e Cabo Verde	177	145
Egito	(54)	16
Moçambique	3.569	(4.206)
África do Sul	94	377
	<u>15.425</u>	<u>(1.698)</u>

Outras informações:

	Junho 2017			Junho 2016		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Brasil	20.251	231.846	-	15.363	468.644	130
Argentina e Paraguai	28.421	25.567	499	21.811	23.872	269
Portugal e Cabo Verde	2.542	15.832	-	2.204	17.464	(816)
Egito	1.240	3.833	-	18.490	5.929	321
Moçambique	2.799	3.149	-	3.154	3.210	-
África do Sul	3.063	2.638	1	1.729	2.184	1
Não afetos a segmentos	1.117	914	(25)	695	5.670	1.018
	59.434	283.780	475	63.445	526.973	923

a) As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis. No semestre findo em 30 de junho de 2017 foram reconhecidas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis na área de negócios do Brasil, no montante de 663.085 milhares de reais (192.120 milhares de euros) (Nota 12). Adicionalmente, no semestre findo em 30 de junho de 2016, foram ainda reconhecidas perdas por imparidade em goodwill afeto à área de negócios do Brasil no montante de 1.782.163 milhares de reais (433.393 milhares de euros) e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis “Não afetos a segmentos”, de cerca de 4.300 milhares de euros (Notas 11 e 12).

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Junho 2017			Dezembro 2016		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	2.282.772	1.385.441	897.330	2.741.520	1.529.515	1.212.005
Argentina e Paraguai	780.044	482.627	297.416	856.972	532.166	324.807
Portugal e Cabo Verde	381.959	365.723	16.236	397.753	381.288	16.465
Egito	201.863	117.546	84.318	207.590	98.219	109.371
Moçambique	207.096	183.410	23.686	182.822	179.583	3.239
África do Sul	245.827	116.849	128.978	256.380	127.988	128.393
	4.099.561	2.651.597	1.447.964	4.643.038	2.848.758	1.794.280
Não afetos a segmentos	724.983	2.898.315	(2.173.332)	944.183	3.155.976	(2.211.794)
Eliminações	(623.776)	(623.776)	-	(618.888)	(618.888)	-
Investimentos em associadas	7.889	-	7.889	8.582	-	8.582
Total consolidado	4.208.657	4.926.136	(717.480)	4.976.915	5.385.847	(408.932)

Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem os ativos e passivos de sociedades holdings e tradings não afetos a segmentos específicos.

7. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 tinham a seguinte composição:

	Junho 2017	Junho 2016
Custos financeiros:		
Juros suportados	136.646	124.991
Diferenças de câmbio desfavoráveis (a)	22.247	110.004
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados (b)	1.673	-
	<u>1.673</u>	<u>-</u>
Outros custos financeiros (c)	24.602	33.205
	<u>185.168</u>	<u>268.200</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	8.323	15.101
Diferenças de câmbio favoráveis (a)	116.845	58.706
Variação de justo valor:		
Instrumentos financeiros derivados (b)	2.023	-
	<u>2.023</u>	<u>-</u>
Outros proveitos financeiros (c)	4.456	11.907
	<u>131.648</u>	<u>85.714</u>
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(53.520)	(182.486)
Resultados relativos a empresas associadas:		
De equivalência patrimonial:		
Perdas em empresas associadas	(161)	-
Ganhos em empresas associadas	228	230
	<u>67</u>	<u>230</u>
Resultados relativos a investimentos:		
Rendimentos de participação de capital	5	1
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos	(39)	86
	<u>(34)</u>	<u>86</u>

(a) Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, as diferenças de câmbio estão significativamente influenciadas pelo efeito, respetivamente, da valorização e desvalorização de moedas funcionais no Grupo face ao USD na conversão de passivos financeiros denominados naquela moeda, incluindo-se nestes, no decurso do semestre findo em 30 de junho de 2017 e em função da liquidação dos instrumentos derivados ocorrida em março e abril (Nota 19), diferenças de câmbio positivas de cerca de 75 milhões de euros decorrentes da evolução cambial favorável do euro face ao USD.

(b) Estas rubricas são compostas por variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não foram qualificados para efeitos de contabilidade de cobertura.

- (c) Nos outros custos e proveitos financeiros do Grupo incluem-se os custos e proveitos relativos à atualização financeira de ativos e passivos, incluindo o efeito da atualização financeira de provisões (Nota 17), os descontos de pronto pagamento, concedidos e obtidos, e os custos com comissões, garantias e outras despesas bancárias em geral.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 está igualmente registado nesta rubrica o efeito financeiro da operação de recompra de obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, B.V., no valor nominal de 25.236 milhares de USD a qual gerou um ganho financeiro para o Grupo de 7.145 milhares de euros (Nota 18).

8. Imposto sobre o rendimento

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

O imposto sobre o rendimento relativo aos restantes segmentos geográficos determina-se de acordo com as seguintes condições:

País	Base do imposto sobre rendimento	Taxa	Prejuízos fiscais		Taxa
		Junho 2017	Prazo limite de reporte	Limitações à dedução Anual	Junho 2016
África do Sul		28,00%	N/A	N/A	28,00%
Argentina		35,00%	5 anos	N/A	35,00%
Austria		25,00%	N/A	75% do Lucro Tributável	25,00%
Brasil		34,00%	N/A	30% do Lucro Tributável	34,00%
Cabo Verde	O imposto sobre rendimento incide sobre o lucro das sociedades, constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos das legislações aplicáveis.	25,50%	7 anos	50% do Lucro Tributável	25,50%
Egito	Adicionalmente poderão ainda existir benefícios fiscais, nomeadamente benefícios ao investimento e por despesas em I&D.	22,50%	5 anos	N/A	22,50%
Espanha		25,00%	N/A	25% do Lucro Tributável	28,00%
Holanda		25,00%	Ano anterior e 9 anos após apuramento	N/A	25,00%
Luxemburgo		29,22%	N/A	N/A	29,25%
Moçambique		32,00%	5 anos	N/A	32,00%
Paraguai (a)		10,00%		N/A	10,00%
Portugal (b)		22,50%	5 anos	70% do Lucro Tributável	22,50%

N/A - Não aplicável

a) No Paraguai não existe reporte de prejuízos fiscais

b) Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 euros são ainda sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º - A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é como segue:

	Junho 2017	Junho 2016
Imposto corrente	33.683	32.502
Imposto diferido	(22.593)	(44.468)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos (Nota 17)	-	460
Encargo / (Proveito) do período	11.090	(11.505)

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram reconhecidas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (“IAS 12”).

De modo a facilitar a compreensão e comparabilidade do encargo de imposto, a reconciliação da taxa de imposto nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não considera os resultados positivos em cerca de 22 milhões de euros e os resultados negativos em cerca de 30 milhões de euros, respetivamente, das entidades detentoras de dívida, sobre os quais não foram registados os correspondentes efeitos fiscais, por neste momento não existirem projeções que permitam antecipar a respetiva recuperação. A reconciliação, desconsiderando aquele efeito, é a seguinte:

	Junho 2017	Junho 2016
Resultado antes de impostos	(172.052)	(539.917)
Resultados das entidades detentores de dívida	(21.693)	30.456
Resultado ajustado para efeito de reconciliação	(193.745)	(509.461)
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto teórico	(43.593)	(114.629)
Resultados operacionais e financeiros não tributados	6.216	1.765
Diferenças permanentes no registo de perdas por imparidade	43.227	97.513
Ajustes a impostos diferidos	(1.118)	(3.972)
Diferenças de taxas de tributação	(857)	(10.670)
Outros	7.215	18.487
Custo de imposto	11.090	(11.505)

A variação na rubrica de “Diferenças de taxas de tributação” reflete o impacto dos contributos positivos ou negativos dos resultados das empresas de jurisdições com taxas de imposto mais elevadas.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a rubrica de “Diferenças permanentes no registo de perdas por imparidade” respeita à imparidade registada nos ativos fixos tangíveis (Nota 12). Devido à incerteza da sua recuperabilidade não foi registado o respetivo imposto diferido. No semestre findo em 30 de junho de 2016, referia-se à imparidade no goodwill (Nota 11).

A rubrica de “Outros” inclui em 30 de junho de 2017 e 2016 o registo de encargos de imposto sobre o rendimento de cerca de 7 e 12 milhões de euros, respetivamente, por liquidações adicionais efetuadas pela autoridade tributária a uma das nossas empresas no Egito, referentes aos anos de 2008 e de 2000 a 2004, respetivamente. A administração da empresa interpôs recursos judiciais relativamente a tais liquidações e, suportada nos pareceres dos seus consultores, entende que não assiste razão à autoridade tributária quanto à manutenção do substancial de tais liquidações. No entanto, a alternativa encontrada para evitar penalidades

acrescidas, foi formalizar acordos de pagamento faseados até ao ano 2021, o que não implica o reconhecimento das razões que originaram tais liquidações, nem impedirá a manutenção da continuação dos trâmites judiciais para fazer valer a razão que se entende assistir à empresa, e que prevê expressamente a compensação de tais valores agora acordados pagar, após o desfecho judicial em favor da empresa, momento em que os valores entretanto liquidados poderão ser reconhecidos no ativo daquela empresa (Nota 16).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram os seguintes:

Ativos por impostos diferidos:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.572
Efeito da conversão cambial	14.303
Imposto sobre o rendimento	25.026
Capital próprio	2.271
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>177.172</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2016	170.365
Efeito da conversão cambial	(8.867)
Imposto sobre o rendimento	17.561
Capital próprio	928
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>179.986</u>

Passivos por impostos diferidos:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	418.515
Efeito da conversão cambial	25.439
Imposto sobre o rendimento	(19.442)
Capital próprio	753
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>425.265</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2016	434.879
Efeito da conversão cambial	(33.772)
Imposto sobre o rendimento	(5.032)
Capital próprio	434
Transferências	1.194
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>397.703</u>

Valor líquido a 30 de junho de 2016 (248.093)

Valor líquido a 30 de junho de 2017 (217.717)

Os impostos diferidos são registados diretamente em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto. Destes, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, os relevados em “Outros rendimentos e gastos” são os seguintes:

	Junho 2017				Junho 2016					
	Valor bruto	Imposto diferido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio	Valor bruto	Imposto diferido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:										
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:										
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	489	(122)	367	-	367	(2.008)	503	(1.506)	-	(1.506)
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:										
Instrumentos financeiros de cobertura	11.377	(434)	10.942	-	10.942	(6.104)	1.015	(5.089)	13	(5.076)

9. Dividendos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de abril de 2017, foi proposta a não distribuição de dividendos para o exercício de 2016. O mesmo sucedeu na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de março de 2016 relativamente ao exercício de 2015.

10. Resultados por ação

O resultado por ação, básico e diluído, dos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	1º semestre		2º trimestre	
	2017	2016	2017	2016
Resultado por ação básico				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	(198.567)	(526.714)	(164.169)	(485.974)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	666.094	666.094	666.094	666.094
	(0,30)	(0,79)	(0,25)	(0,73)

(a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes períodos.

Pelo facto de nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

11. Goodwill

Durante os semestres findos em 30 junho de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos valores de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Total
Ativo bruto:	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.549.292
Efeito da conversão cambial	166.644
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>1.715.935</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.729.691
Efeito da conversão cambial	<u>(148.200)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>1.581.491</u>
Perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.001
Efeito da conversão cambial	69.844
Reforços	<u>433.393</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	521.238
Saldo em 31 de dezembro de 2016	668.283
Efeito da conversão cambial	<u>(57.983)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>610.300</u>
Valor líquido a 30 de junho de 2016	<u><u>1.194.698</u></u>
Valor líquido a 30 de junho de 2017	<u><u>971.191</u></u>

Imparidade de Ativos

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade anualmente ou sempre que se verifique a existência de indícios de possível imparidade, os quais têm por base a determinação do valor recuperável de cada um dos segmentos de negócio.

Atendendo ao modelo de negócio e à estrutura de relato financeiro adotado pela Administração, o Goodwill é atribuído a cada segmento operacional, tendo em consideração a existência de sinergias entre as diversas unidades que integram cada segmento numa perspetiva de integração vertical dos negócios.

O valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa integrantes dos referidos segmentos operacionais é comparado, nos testes realizados, com o correspondente valor reconhecido dos ativos e passivos que os integram (“book value”). O valor recuperável foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa que decorrem dos planos de negócio a medio e longo prazo, adicionados de uma perpetuidade.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, e em face da visível deterioração da atividade e resultados, foi realizado um novo teste de imparidade para o segmento Brasil, com projeções de negócio que consideram a revisão em baixa da atividade, com uma taxa de desconto de 10,5%, similar à usada em 31 dezembro de 2016.

Em resultado deste teste, concluiu-se que o valor recuperável do segmento Brasil é superior ao valor reconhecido dos ativos e passivos daquele segmento, não sendo necessário qualquer reforço da imparidade anteriormente reconhecida do correspondente Goodwill.

Face ao reconhecimento em 31 de dezembro de 2016 de perdas de imparidade, a atualização da análise de imparidade do goodwill foi acompanhada por uma análise de sensibilidade às principais variáveis consideradas nas projeções.

	+50 BP	-50 BP
WACC	(180.761)	214.663
Margem Ebitda	69.545	(69.545)

Atendendo ao valor contabilístico dos ativos líquidos do segmento Brasil e tendo em conta a desvalorização do valor contabilístico dos ativos, em face da imparidade registada relativamente aos investimentos em curso (Notas 6 e 12), em qualquer dos cenários acima não haveria lugar ao reconhecimento de perdas de imparidade adicionais.

Para além da Área de negócios do Brasil, também as do Egito e Moçambique apresentaram no semestre resultados que ficaram aquém do esperado (e do semestre homólogo).

No Egito, o resultado neste primeiro semestre foi adversamente afetado por questões pontuais, nomeadamente a reação (retração) de mercado resultante do ajuste macroeconómico promovido no final de 2016 - mais de 100% de desvalorização da libra egípcia e a reestruturação organizacional com indemnizações para saídas de trabalhadores.

Embora o ajuste macro do país resulte num primeiro momento nesta retração no mercado, acredita-se que esta situação será revertida a curto / médio prazo, suportada num crescimento económico sustentável. Adicionalmente, deve-se também considerar que a sazonalidade é mais acentuada do que em outras geografias, especialmente neste ano, em que o Ramadão ocorreu no primeiro semestre (ao contrário dos últimos anos).

Em Moçambique, o mercado também foi impactado por um evento não recorrente de *default* da dívida externa do país, que resultou momentaneamente num choque cambial (elevou a taxa de câmbio acima de MZN 100/USD) e na paralisação de obras. Essa situação provocou uma ação conjunta do governo e FMI, no sentido de reorganizar as finanças e reestabelecer as condições

para o crescimento econômico. Com isso, já surgem evidências de recuperação do país, conforme identificado pelo próprio FMI em visita que se encerrou no mês de julho. Este parecer favorável do FMI, a retomada das exportações de carvão (receitas de dólares) e consequente recuperação de valor do metical (retornando ao patamar de MZN 60/USD) permitem prever um segundo semestre de recuperação.

Deste modo, tendo em consideração os fatores conjunturais em ambos os casos, e também porque os testes realizados por referência a 31 de dezembro de 2016, tinham evidenciado uma margem significativa face aos respetivos valores contabilísticos, entendeu-se não existirem indícios suficientes que levassem à necessidade de realização de tais testes de imparidade.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foi realizado um teste de imparidade apenas para o segmento Brasil, função da deterioração do cenário económico e político do país, conduzindo ao registo de imparidades no valor de 503 milhões de Euros (1.782.163 milhares de reais), afetas integralmente ao correspondente Goodwill.

12. Ativos fixos tangíveis

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	546.653	841.515	2.586.312	108.850	35.540	10.325	6.018	258.583	30.990	4.424.787
Efeito da conversão cambial	9.201	47.351	70.559	28	(466)	(430)	(407)	27.221	2.003	155.060
Adições	9.493	58	1.558	27	123	-	90	50.231	1.243	62.823
Alienações	(16)	(63)	(3.659)	(601)	(126)	(6)	(35)	(2)	-	(4.509)
Abates	(32)	-	-	-	-	-	-	(51)	-	(83)
Transferências	1.060	10.886	9.928	(35.378)	76	160	299	(27.866)	(2.800)	(43.635)
Saldo em 30 de junho de 2016	566.359	899.747	2.664.698	72.927	35.147	10.049	5.965	308.116	31.436	4.594.443
Saldo em 31 de dezembro de 2016	557.416	919.528	2.635.026	66.208	34.702	11.655	6.389	260.354	26.556	4.517.833
Alterações de perímetro (Nota 4)	14.642	-	-	-	-	-	-	-	-	14.642
Efeito da conversão cambial	(43.336)	(46.777)	(124.977)	(5.086)	(699)	(397)	(58)	(22.476)	(2.192)	(246.000)
Adições	11.988	48	3.300	2.926	294	162	2	38.490	517	57.726
Alienações	(1.871)	(741)	(802)	(1.090)	(16)	(5)	-	-	-	(4.524)
Abates	-	-	-	-	(197)	-	(1)	-	-	(198)
Transferências	2.185	2.956	19.875	6.638	4	6	(3.380)	(31.575)	(140)	(3.431)
Saldo em 30 de junho de 2017	541.025	875.013	2.532.421	69.595	34.087	11.421	2.952	244.793	24.741	4.336.049
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.640	417.070	1.640.123	66.110	30.981	8.666	4.322	2.733	-	2.258.646
Efeito da conversão cambial	1.569	16.672	39.897	884	(324)	(359)	(127)	-	-	58.213
Reforços	14.296	15.781	49.489	9.811	635	174	775	-	-	90.961
Reduções	(16)	-	(2.197)	(309)	(106)	(6)	(8)	-	-	(2.642)
Transferências	(50)	(608)	(2.060)	(29.540)	(57)	-	(144)	-	-	(32.461)
Saldo em 30 de junho de 2016	104.438	448.915	1.725.251	46.957	31.129	8.476	4.817	2.733	-	2.372.717
Saldo em 31 de dezembro de 2016	125.284	461.965	1.708.374	38.461	31.284	9.295	5.296	2.733	-	2.382.692
Efeito da conversão cambial	(8.266)	(14.861)	(62.549)	(1.550)	(547)	(210)	(117)	(16.418)	-	(104.517)
Reforços	17.186	17.318	49.635	3.166	577	293	372	191.529	-	280.075
Reduções	-	(538)	(748)	(1.008)	(15)	(5)	-	-	-	(2.315)
Abates	-	-	-	-	(197)	-	(1)	-	-	(198)
Transferências	(605)	858	(348)	(8)	(15)	(3)	(1.842)	-	-	(1.962)
Saldo em 30 de junho de 2017	133.599	464.743	1.694.363	39.061	31.086	9.370	3.709	177.845	-	2.553.776
Valor líquido a 30 de junho de 2016	461.921	450.831	939.448	25.970	4.018	1.573	1.148	305.383	31.436	2.221.727
Valor líquido a 30 de junho de 2017	407.426	410.270	838.057	30.535	3.001	2.051	(757)	66.948	24.741	1.782.273

Em face do contexto macroeconómico no Brasil, com reflexo nos níveis de consumo de cimento, foi decidida em exercícios anteriores a interrupção de diversos investimentos em curso em linhas de produção de cimento. No semestre findo em 30 de junho de 2017, acentuou-se a deterioração da atividade. Neste contexto, não é possível perspetivar com rigor o momento em que tais

investimentos possam ser retomados, e em que medida os respetivos retornos se materializarão. Consequentemente, em 30 de junho de 2017 foi registada uma imparidade na Área de Negócios do Brasil relativamente a Ativos fixos tangíveis em linhas de produção de cimento, cujo investimento se encontra pendente de conclusão, no montante total de 663.085 milhares de Reais. Este registo assume características de reversibilidade se e quando os pressupostos de rentabilidade destes projetos se alterarem. No semestre findo em 30 de junho de 2016 foram reconhecidas perdas por imparidade nos ativos fixos tangíveis da Cimpship de cerca de 4.300 milhares de euros.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, os ativos tangíveis em curso e os adiantamentos por conta de ativos tangíveis incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Argentina e Egito.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, nas transferências de equipamento de transporte está incluída a reclassificação dos navios pertencentes à Cimpship - Transportes Marítimos, S.A. para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” no valor líquido de 7.873 milhares de euros. Esta sociedade foi alienada em 26 de julho de 2016 pelo montante de 7.245 milhares de euros.

13. Capital

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada, cotadas na Euronext Lisbon.

Ações preferenciais - Entidades de propósito especial

As ações preferenciais da Barra Grande Participações e da Machadinho Participações possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários do lucro e/ou reservas distribuídas em cada exercício;
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos;
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do adquirente, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas aquelas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, quer da Machadinho) adquirem características de instrumento híbrido, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, as referidas componentes foram mensuradas e reconhecidas separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- a) O principal recebido foi classificado como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respetivos dividendos;
- b) Relativamente às cláusulas de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos naquelas entidades num período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais após esse período, nas condições estabelecidas nos contratos, os valores de perda ou ganho comparados como o valor de mercado na venda dessas ações a terceiros, são classificados como instrumentos financeiros derivados e mensurados pelo seu justo valor à data das demonstrações financeiras.

14. Ações próprias

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, existiam 5.906.098 ações próprias.

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas. Os ganhos e perdas na alienação de ações próprias são registados em reservas.

15. Ajustamentos de conversão cambial

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, resultaram da conversão para euros das demonstrações financeiras de entidades do Grupo, com as seguintes moedas funcionais:

	Libra egípcia	Real brasileiro	Novo metical moçambicano	Rand sul africano	Peso argentino	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(40.395)	(428.663)	(19.163)	(145.405)	(452.019)	1.596	(1.084.050)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	(36.824)	194.925	(10.356)	4.809	(57.433)	(472)	94.649
Saldo em 30 de junho de 2016	(77.219)	(233.738)	(29.519)	(140.597)	(509.452)	1.124	(989.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(189.827)	(191.786)	(32.730)	(125.023)	(507.371)	2.236	(1.044.500)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	(7.663)	(86.018)	776	(4.109)	(32.482)	(3.481)	(132.976)
Saldo em 30 de junho de 2017	(197.490)	(277.804)	(31.953)	(129.132)	(539.853)	(1.245)	(1.177.476)

A variação negativa no semestre findo em 30 de junho de 2017 decorre da desvalorização da generalidade das moedas funcionais das subsidiárias face ao Euro.

16. Passivos e ativos contingentes, garantias e compromissos

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo está envolvido em processos judiciais e reclamações, quer relacionados com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos, correspondente avaliação e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

Em 30 de junho de 2017, o valor global dos referidos processos não provisionados ascende a 861 milhões de euros (932 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), sendo 8 milhões de euros de contingências relacionadas com o pessoal (7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), 618 milhões de euros de contingências tributárias (674 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), 235 milhões de euros de contingências cíveis e de processos administrativos de outras naturezas (251 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos, qualificando-se assim como uma possível obrigação.

A redução nas contingências ocorrida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 encontra-se essencialmente influenciada essencialmente pela desvalorização do real face ao euro em cerca de 73 milhões de euros.

Incluído no acima referido está o Processo perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica “CADE”, não tendo ocorrido, durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, qualquer desenvolvimento. Neste processo, o Grupo e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspetos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pelo Grupo no processo iniciado pelas autoridades da concorrência no Brasil em 2007 (bem como pelas demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. Em 30 de junho de 2017, a contingência no Grupo ascende a 671 milhões de reais, aproximadamente 178 milhões de euros (originalmente correspondente a 241.700 milhares de BRL para a InterCement e 297.820 milhares de BRL para a CCB, entretanto fusionadas), ficando ainda o Grupo obrigado a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de betão nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias.

Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão da tutela antecipada requerida, para

suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra a referida decisão de antecipação de tutela, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, o qual foi indeferido. Dessa forma permanecem válidas as garantias reais apresentadas pelo Grupo. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a perda na esfera judicial é classificada como possível, a mesma foi considerada como sendo uma possível obrigação não tendo assim sido constituída provisão para este passivo contingente em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, de referir que no semestre findo em 30 de junho de 2017 fomos notificados da sentença, proferida pela Audiência Nacional em Espanha, relativa aos processos judiciais correspondentes às inspeções fiscais realizadas aos exercícios de 2005 a 2008, e que nos foi quase totalmente favorável. Desta sentença, ainda pode existir recurso para o Supremo Tribunal por parte da Audiência Nacional. Para estes processos estão prestadas garantias no montante aproximado de 120 milhões de euros, as quais se mantêm ativas até à ocorrência da decisão judicial definitiva.

Ativos contingentes

Nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, fez-se referência à existência de passivos contingentes por litígios tributários relativamente a liquidações de imposto que haviam sido efetuadas a uma empresa no Egito, por referência aos anos de 2000 a 2004 e de 2008, as quais foram objeto de contestação através de recurso judicial, cujos processos se encontram em curso.

Nos primeiros semestres de 2017 e 2016, foram assinados com a competente autoridade tributária do Egito, e com vista a evitar penalidades acrescidas, acordos de pagamento faseado de tais impostos até ao ano de 2021. Pese embora ser entendimento do Conselho de Administração que, decorrente dos referidos recursos judiciais os valores pagos serão recuperáveis, porque as condições de tais acordos não reúnem as condições para que esses pagamentos sejam reconhecidos no ativo da empresa, até que a decisão judicial seja efetiva, foi reconhecido nestes períodos um encargo de imposto, correspondente à totalidade da responsabilidade inerente aos acordos, nos montantes de cerca de 7 e 12 milhões de euros (Nota 8), respetivamente.

Garantias

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha solicitado a apresentação em benefício de terceiros de garantias de 466.292 milhares de euros e 473.268 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	Junho 2017	Dezembro 2016
Garantias bancárias:		
Por processos fiscais em curso	316.835	323.190
A entidades financiadoras	117.408	125.731
A fornecedores	3.103	3.453
Outros	28.946	20.894
	<u>466.292</u>	<u>473.268</u>

Adicionalmente, e tal como reportado em 31 de dezembro de 2016, no âmbito do processo do CADE foram concedidas garantias reais sobre duas fábricas de cimento na área de negócios do Brasil, visando a suspensão das penalidades impostas até ao julgamento do mérito da causa, não tendo existido qualquer desenvolvimento face ao divulgado em 31 de dezembro de 2016.

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia e eram como segue:

	Junho 2017	Dezembro 2016
Área de negócio:		
Argentina	112.777	34.096
Brasil	37.734	50.405
Paraguai	19.096	26.100
Portugal	16.465	19.246
Egito	10.202	7.896
África do Sul	1.578	177
	<u>197.852</u>	<u>137.921</u>

O incremento dos compromissos na área de negócios da Argentina decorre de um contrato de energia, no montante de 92,4 milhões de USD (81 milhões de euros), com início em 2018 e por um prazo de 20 anos.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros, decorrentes dos contratos de locação operacional em vigor relativos, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório, era como segue:

	Junho 2017	Dezembro 2016
Até 1 ano	7.448	1.681
Entre 1 e 5 anos	9.458	1.867
A mais de 5 anos	30	-
	<u>16.936</u>	<u>3.548</u>

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas participadas com as quais mantém uma relação de domínio.

17. Provisões

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a classificação das provisões era a seguinte:

	Junho 2017	Dezembro 2016
Provisões não correntes:		
Provisões para riscos fiscais	18.113	18.822
Provisões para recuperação paisagística	38.737	39.954
Provisões relativas a pessoal	22.894	24.418
Outras provisões para riscos e encargos	8.294	8.825
Depósitos judiciais	(3.686)	(2.876)
	<u>84.351</u>	<u>89.143</u>
Provisões correntes:		
Provisões relativas a pessoal	1.389	3.284
	<u>85.740</u>	<u>92.428</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	35.235	36.612	29.174	22.681	(3.246)	120.457
Efeito da conversão cambial	(123)	1.566	1.563	(461)	(628)	1.916
Reforços	1.764	588	644	1.387	-	4.382
Reversões	(625)	-	(117)	(1.097)	-	(1.838)
Utilizações	(626)	(330)	(1.988)	(11.796)	137	(14.603)
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>35.624</u>	<u>38.436</u>	<u>29.277</u>	<u>10.714</u>	<u>(3.737)</u>	<u>110.314</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.822	39.954	27.703	8.825	(2.876)	92.428
Efeito da conversão cambial	(772)	(1.807)	(1.019)	(703)	356	(3.944)
Reforços	106	792	689	883	-	2.470
Reversões	(18)	-	(157)	(121)	-	(295)
Utilizações	(26)	(202)	(2.934)	(590)	(1.167)	(4.918)
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>18.113</u>	<u>38.737</u>	<u>24.283</u>	<u>8.294</u>	<u>(3.686)</u>	<u>85.740</u>

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram efetuados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Junho 2017	Junho 2016
Resultados do período:		
Custos operacionais	73	6
Custos com o pessoal	(104)	17
Proveitos operacionais	-	(182)
Provisões	475	923
Custos e perdas financeiros	1.658	1.319
Resultados relativos a empresas associadas	73	-
Imposto sobre o rendimento (Nota 8)	-	460
	<u>2.175</u>	<u>2.544</u>

Os custos e perdas financeiros incluem o efeito da atualização financeira das provisões.

18. Empréstimos

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos obtidos eram como segue:

	Junho 2017	Dezembro 2016
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	1.004.811	1.157.415
Empréstimos bancários	1.553.751	1.932.590
Outros empréstimos obtidos	-	41.843
	2.558.563	3.131.847
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	111.090	121.926
Empréstimos bancários	383.492	214.086
Outros empréstimos obtidos	768.743	726.900
	1.263.324	1.062.912
	3.821.887	4.194.759

Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações, não convertíveis, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, era o seguinte:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	Junho 2017		Dezembro 2016	
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Brasil	Debênture - Brasil (a)	BRL	Mar.12	Variável indexada ao CDI	Abr.22	58.250	233.354	63.920	320.168
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	Ago.12	Variável indexada ao CDI	Ago.22	52.841	264.606	58.006	290.484
Holdings e Veículos Financeiros	Senior Notes (a) (c)	USD	Jul.14	5,75%	Jul.24	-	506.851	-	546.764
						111.090	1.004.811	121.926	1.157.415

- (a) Garantido por Avals concedidos pela entidade controladora InterCement Participações, S.A.;
- (b) As taxas variáveis contratadas consideram *spreads* até 15% acima do índice.
- (c) Em 17 de julho de 2014, a Cimpor Financial Operations, B.V. (Cimpor B.V.), emitiu Senior Notes ("Obrigações") no valor total de 750 milhões de USD com maturidade de 10 anos. As Obrigações foram lançadas com cupão de 5,75% ao ano e foram posteriormente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Singapura. Na sequência desta operação procedeu-se ao pagamento antecipado de dívidas de maturidade mais curta. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram adquiridas Obrigações no valor nominal de 108.378 e 54.290 milhares de USD. No decurso do semestre findo em 30 de junho de 2017 não foram adquiridas Obrigações.

Empréstimos bancários

Em 30 de junho 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (b)	Data de Contratação	Maturidade	Notas	Junho 2017		Dezembro 2016	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-12	jan-22	(a)	-	288.967	-	396.651
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-12	fev-22	(a)	-	304.706	-	306.796
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	fev-19	(a)	15.093	39.078	6.037	54.041
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-19	(a)	47.651	122.978	20.616	183.992
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	fev-19	(a)	-	60.120	-	60.078
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-19	(a)	-	189.198	-	204.605
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-21	(a)	-	207.900	-	224.536
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-14	mai-19	(a)	-	43.494	-	46.974
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Fixa	dez-14	dez-18	(a)	-	23.309	-	22.949
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável	mar-16	mar-20	(a)	5.000	45.000	-	50.000
Empresa (*)	Papel Comercial	EUR	Variável	mar-16	mar-20	(a)	5.000	45.000	-	50.000
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Fixas e variáveis	Várias	Várias		30.012	27.276	30.702	25.989
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias		44.805	62.409	53.934	45.746
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(c)	91.902	51.623	12.716	151.819
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(d)	69.953	1.358	21.224	62.782
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	PYG	Fixas	out-15	ago-17		13.297	-	13.751	-
U.N. África do Sul	Vários Bilaterais	ZAR	Variável indexada Jibar	Várias	Várias		30.123	13.388	31.135	13.838
U.N. Portugal e Cabo Verde	Vários Bilaterais	EUR	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(a)	5.000	70.000	-	75.000
U.N. Portugal e Cabo Verde	Subsidiado	EUR	(e)	Várias	jun-24	(e)	-	1.907	-	-
U.N. Moçambique	Vários Bilaterais	MZN	Variável indexada BT 3M	dez-15	dez-20		-	-	1.541	268
U.N. Egípto	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Várias	Várias		30.655	1.042	22.429	6.525
							383.492	1.553.751	214.086	1.932.590

(*) Consideram o conjunto das empresas incluídas no segmento Holdings, entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading.

- (a) Garantido por Fianças concedidas pelas entidades controladoras Camargo Corrêa, S.A. e InterCement Participações, S.A.;
- (b) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares e em euros consideram *spreads* entre 2,5% e 3,5%;
- (c) Garantido em cerca de 131 milhões de euros por Fianças concedidas pelas entidades controladoras Camargo Corrêa, S.A. (34 milhões de euros) e InterCement Participações, S.A. (98 milhões de euros);
- (d) Em 30 de junho de 2017, inclui o financiamento com o IDB, no montante de 69 milhões de USD (61 milhões de euros) tendo sido decidido efetuar a sua liquidação antecipada, mediante tomada de nova dívida (Nota 23), passando a ser apresentado como passivo corrente em 30 de junho de 2017;
- (e) Respeita a um financiamento concedido no âmbito de um sistema de incentivo à inovação empresarial (Portugal 2020) sem pagamento de juros.

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos referem-se, essencialmente às dívidas da Cimpor Trading e Inversiones à InterCement Austria Holding GmbH, conforme segue:

Unidade de negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Data de contratação	Taxa de juro	Maturidade	Junho 2017		Dezembro 2016	
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	Fev.13	Variável indexada à Euribor	Fev.18	41.843	-	41.843	-
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	Dez.12	Taxa fixa	Jul.17 (*)	381.900	381.900	-	-
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	Fev.14	Taxa fixa	Jul.17 (*)	345.000	345.000	-	-
						768.743	726.900	41.843	-

(*) No decurso do semestre findo em 30 de junho de 2017 foi acordada a alteração dos termos destes financiamentos, tendo as maturidades, sido inicialmente alteradas de abril para junho de 2017 e, posteriormente, alteradas para julho de 2017 com renovações mensais.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

Ano	Junho 2017	Dezembro 2016
2018 (6 meses)	124.394	460.534
2019	843.908	888.512
2020	313.980	355.561
2021	474.119	543.888
Após 2021	802.161	883.352
	<u>2.558.563</u>	<u>3.131.847</u>

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro 2016, os financiamentos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	Junho 2017		Após cobertura	Dezembro 2016		Após cobertura
	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros
USD	1.809.293	1.585.564	1.331.413	1.907.282	1.807.824	535.745
BRL	2.840.969	752.575	752.575	3.084.634	897.113	897.113
EUR	-	1.337.956	1.592.107	-	1.343.644	2.615.722
ARS	1.087.125	57.288	57.288	950.373	56.691	56.691
MZN	-	-	-	136.069	1.809	1.809
EGP	653.488	31.696	31.696	549.736	28.954	28.954
PYG	84.387.343	13.297	13.297	83.775.750	13.751	13.751
ZAR	650.000	43.511	43.511	650.000	44.973	44.973
		<u>3.821.887</u>	<u>3.821.887</u>		<u>4.194.759</u>	<u>4.194.759</u>

Em 30 de junho de 2017, essencialmente pela liquidação dos instrumentos financeiros derivados ocorrida em março e abril de 2017 (Nota 19), a dívida em USD sem instrumentos financeiros de cobertura face ao Euro incrementou-se em 1.245 milhões de USD, face ao reportado a dezembro de 2016.

19. Instrumentos financeiros derivados

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos				Outros passivos			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	Junho 2017	Dezembro 2016	Junho 2017	Dezembro 2016	Junho 2017	Dezembro 2016	Junho 2017	Dezembro 2016
Derivados de trading	-	-	1.624	200	-	4.876	1.335	-
Coberturas de cash-flow - Swaps de taxa de juro e câmbio	-	26.450	-	215.249	-	3.411	-	7.468
	-	26.450	1.624	215.450	-	8.287	1.335	7.468

Estes saldos estão incluídos nas rubricas de Outros ativos e passivos, correntes e não correntes da Demonstração Condensada da Posição Financeira.

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de *cash-flow* em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Tipo de cobertura	Nacional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico		Justo valor	
						Junho 2017	Dezembro 2016
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	36.488
Cash-flow	USD 100.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	15.960
Cash-flow	USD 50.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	9.073
Cash-flow	USD 150.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	26.021
Cash-flow	USD 195.750.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche A do financiamento Sindicado	(a)	-	28.977
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche B do financiamento Sindicado	(a)	-	43.488
Cash-flow	USD 424.000.000	Cross Currency Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	81.692
Cash-flow	EUR 379.218.809	Interest Rate Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	(10.878)
						-	230.821

- (a) Instrumentos financeiros derivados liquidados em março e abril de 2017, tendo sido recebido no semestre o montante de cerca de 224 milhões de euros, incluindo cerca de 209 milhões de euros aquando daquelas liquidações. De acordo com o IAS39, o valor remanescente registado em Reservas excluindo efeito fiscal acumulado até 30 de junho de 2017 ascende a 22.047 milhares de euros e será transferido para resultados à medida dos seus correspondentes fluxos de caixa.

Derivados não qualificados como cobertura - trading

Na carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura ocorreu a liquidação do instrumento derivado de *cash-flow* sobre uma responsabilidade de 50.000 milhares de USD, no montante de 4.548 milhares de euros, tendo sido mantido em carteira dois derivados embutidos nas operações de alienação das participações na “Barra Grande” e “Machadinho”,

sendo o respetivo justo valor líquido ativo em 30 de junho de 2017 e justo valor passivo em 31 de dezembro de 2016, de 1.624 e 248 milhares de euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 29 de junho de 2017, foi contratado um instrumento financeiro derivado com o objetivo de realizar a cobertura de Cash-flow de um financiamento bancário no montante 292 milhões de USD. Porque as condições de contratação de tal instrumento só permitem assegurar a relação de cobertura a partir de 31 de julho de 2017, até lá ele encontra-se relevado como sendo de negociação, tendo sido reconhecido neste semestre um encargo financeiro líquido de 1.335 milhares de euros, correspondente à deterioração do seu valor de mercado.

20. Notas às demonstrações de fluxos de caixa consolidadas

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa tem a seguinte composição:

	Junho 2017	Junho 2016
Numerário	1.495	181
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	194.700	348.893
Depósitos a prazo	117.773	149.691
Títulos negociáveis	28.682	119.323
	<u>342.650</u>	<u>618.089</u>

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria, títulos de dívida pública, certificados de depósito e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica de Caixa, bancos e títulos negociáveis nas demonstrações das posições financeiras consolidadas em 30 de junho de 2017 e 2016 inclui, adicionalmente, um montante de 98.817 milhares de euros e 37.104 milhares de euros, respetivamente, correspondentes a títulos negociáveis que não cumprem integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa, incluindo-se naqueles no semestre findo em 30 de junho 2017, o montante de 77 milhões de euros recebido nos termos do contrato promessa de compra e venda referido na Nota 2. De acordo com as cláusulas deste contrato este valor foi transferido para uma conta de acesso restrito, esperando-se a conclusão de algumas cláusulas contratuais e, como consequência, a realização da referida operação.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações das posições financeiras consolidadas, encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	Junho 2017		Junho 2016	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
USD	247.904	217.250	433.450	392.864
BRL	438.882	116.260	482.410	136.220
EUR	59.154	59.154	57.396	57.396
ARS	160.873	8.477	134.721	8.119
MZN	808.151	12.003	2.329.621	33.391
EGP	96.287	4.670	55.501	5.665
PYG	51.351.843	8.092	13.770.920	2.230
ZAR	209.167	14.002	248.379	15.248
CVE	171.855	1.559	447.761	4.061
		<u>441.467</u>		<u>655.193</u>

Recebimentos e pagamentos de empréstimos obtidos

No semestre findo em 30 de junho de 2017, as rubricas de recebimentos e pagamentos de empréstimos obtidos são justificadas essencialmente por: i) na área de negócios da Argentina, a contratação de um financiamento com o ICBC Dubai no montante de 65 milhões de USD (59 milhões de euros) e pela amortização parcial do financiamento contratado com o Banco Itaú, no montante de 37 milhões de USD (34 milhões de euros); ii) na Caue Austria Holding GmbH, a amortização parcial, no montante de 92 milhões de USD (85 milhões de euros) do financiamento obtido do Banco Itaú; iii) na área de negócios do Brasil, a amortização parcial, no montante de 220 milhões de BRL (64 milhões de euros), de um empréstimo obrigacionista referente à 1ª e 2ª emissão da 2ª série; iv) e na Cimpor B.V., pela amortização parcial, em 22 milhões de USD (21 milhões de euros), da Tranche A, do Syndicated Loan com Itaú.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, as rubricas de recebimentos e pagamentos de empréstimos obtidos são justificadas essencialmente por: i) na área de negócios da Argentina a contratação de dois financiamentos com o Banco Provincia de Buenos Aires e com o ICBC Dubai nos montantes de 150 milhões de ARS e 50 milhões de USD, respetivamente; ii) na área de negócios do Brasil a contratação de um financiamento com o HSBC no montante de 300 milhões de BRL; iii) pela operação de recompra de obrigações emitidas no montante de 16 milhões de euros (Nota 18).

Outros pagamentos e recebimentos de atividades de financiamento

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a rubrica de outros recebimentos de atividades de financiamento diz respeito à liquidação dos instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura (Nota 19). A rubrica de outros pagamentos de atividades de financiamento inclui a

liquidação de um instrumento financeiro derivado não qualificado como cobertura, no montante de 15 milhões de BRL (5 milhões de euros) (Nota 19).

21. Partes relacionadas

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas enquadram-se no âmbito das atividades operacionais normais, exceto no que respeita ao saldo a pagar à InterCement Áustria Holding GmbH, de cerca 769 milhões de euros, correspondente a três empréstimos já existentes em 31 de dezembro de 2016 (Nota 18), aos quais acrescem juros corridos àquela entidade no montante de 8 milhões de euros. Os encargos financeiros, no semestre findo em 30 de junho de 2017, decorrentes destes financiamentos, ascenderam a cerca de 8 milhões de euros.

Em Outras dívidas de terceiros correntes inclui-se igualmente um empréstimo a receber contratado com a InterCement Áustria Holding GmbH num montante de 10 milhões de USD, com prazo de vencimento em dezembro de 2017.

Ainda de salientar, no semestre findo em 30 de junho de 2017, a aquisição, a duas empresas controladoras - Administradora PMV Ltda. e Participações Morro Vermelho S/A, de 100% da participação financeira na CECC Incorporadora e Administradora de Bens, Ltda. no montante de 14.642 milhares de euros (Nota 4), entidade detentora de um terreno em São Paulo onde está instalada uma central de betão do Grupo o qual se encontrava arrendado.

22. Ativos e passivos financeiros no âmbito do IAS 39

O Grupo Cimpor, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de afetarem a sua situação patrimonial e resultados, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

A gestão dos riscos supra referidos – decorrentes, em larga medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Comissão Executiva, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no desempenho do Grupo. Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

No âmbito da gestão destes riscos, em função da avaliação efetuada às condições de mercado e dos impactos percecionados dos riscos inerentes às exposições do Grupo e com vista ao incremento da liquidez no Grupo, procedeu-se no semestre findo em 30 de junho de 2017 à liquidação de instrumentos financeiros derivados de cobertura da dívida em USD face ao Euro (Nota 19), de que resultaram alterações nas exposições de taxas de juro e cambiais, cujos impactos em termos de análise de sensibilidade passaram a ser os seguintes:

Análise de sensibilidade – Taxas de juro com indexantes Euribor, US Libor e CDI

Em 30 de junho de 2017, uma deslocação paralela de +/- 1% na curva de taxas de juro, com todos os outros pressupostos constantes, representaria, para o período, um aumento de custos financeiros (antes de impostos) de aproximadamente 8 milhões de euros na dívida em Euros indexada a taxa variável, de 8 milhões de dólares na dívida a taxa variável em USD e de 7 milhões de euros na dívida a taxa variável em reais, conforme quadro abaixo:

Indexante	Moeda	Saldo	1%	2%	3%
Euribor	EUR	814.991	8.150	16.300	24.450
US Libor	USD	814.371	8.144	16.287	24.431
CDI	BRL	692.166	6.922	13.843	20.765

Face a 31 de dezembro de 2016, houve uma redução na exposição ao indexante Euribor (978.239 em 31 de dezembro de 2016) e um incremento significativo na exposição ao indexante US Libor (443.646 em 31 de dezembro de 2016).

Análise de sensibilidade – Taxas de câmbio moedas funcionais face ao USD

Em 30 de junho de 2017, os impactos potenciais nos resultados financeiros nas várias jurisdições, decorrentes da variação das taxas de câmbio das correspondentes moedas funcionais face ao USD, em instrumentos de dívida e caixa e equivalentes em USD, seriam os seguintes:

Montante em USD	Moeda Funcional	FX Rate (30-06-17)	Efeito em EUR	Desvalorização USD		0,0%	Valorização USD	
				-10%	-5,0%		5,0%	10,0%
-866.334	EUR	1,1411	Efeito em EUR	-75.921	-37.960	-	37.960	75.921
-147.763	ARS	16,63	Efeito em ARS	-245.729	-122.865	-	122.865	245.729
			Efeito em EUR	-14.388	-6.815	-	6.166	11.772
-76.291	PYG	5.561,51	Efeito em PYG	-42.429.363	-21.214.682	-	21.214.682	42.429.363
			Efeito em EUR	-7.429	-3.519	-	3.184	6.078
-118.256	BRL	3,31	Efeito em BRL	-39.121	-19.561	-	19.561	39.121
			Efeito em EUR	-11.515	-5.454	-	4.935	9.421
66.911	ZAR	13,09	Efeito em ZAR	87.596	43.798	-	-43.798	-87.596
			Efeito em EUR	6.515	3.086	-	-2.792	-5.331
-137.748	MZN	59,00	Efeito em MZN	-812.731	-406.366	-	406.366	812.731
			Efeito em EUR	-13.413	-6.353	-	5.748	10.974

(Unidade: milhares)

A solvabilidade do Grupo encontra-se, também, refletida no rácio de Leverage (Net Debt / EBITDA). Sublinhe-se, que contratualmente a medição deste covenant não é feita ao nível do Grupo Cimpor, mas sim ao nível acima na InterCement Participações S.A., anualmente e por referência ao dia 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2016 este rácio não era cumprido, contudo antecipando um contexto de mercados mais favorável para 2017, a par da ampliação do alcance das medidas de aumento de eficiência e alienação de ativos não estratégicos tomadas pela Cimpor, antes do final daquele exercício a Empresa acordou junto dos credores bancários a sua não medição em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se a medição em 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro 2016, as políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no Grupo aos seguintes itens:

2017	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa, bancos e títulos negociáveis	413.444	-	-	28.023	441.467
Clientes e adiantamentos a fornecedores	178.052	-	-	-	178.052
Outros investimentos	-	4.468	-	719	5.187
Outras dívidas de terceiros não correntes	34.959	-	-	-	34.959
Outras dívidas de terceiros correntes	38.833	-	-	-	38.833
Outros ativos não correntes	-	-	-	1.624	1.624
Outros ativos correntes	2.621	-	-	-	2.621
Total de ativos financeiros	667.910	4.468	-	30.366	702.744
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	2.558.563	-	2.558.563
Empréstimos correntes	-	-	1.263.324	-	1.263.324
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	229.340	-	229.340
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	16.890	-	16.890
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	126.505	-	126.505
Outros passivos não correntes	-	-	-	1.335	1.335
Outros passivos correntes	-	-	137.771	-	137.771
Total de passivos financeiros	-	-	4.332.392	1.335	4.333.727

2016	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa, bancos e títulos negociáveis	471.989	-	-	103.976	575.965
Clientes e adiantamentos a fornecedores	157.279	-	-	-	157.279
Outros investimentos	-	5.364	-	2.928	8.292
Outras dívidas de terceiros não correntes	36.756	-	-	-	36.756
Outras dívidas de terceiros correntes	39.004	-	-	-	39.004
Outros ativos não correntes	-	-	-	215.450	215.450
Outros ativos correntes	1.664	-	-	26.450	28.113
Total de ativos financeiros	706.692	5.364	-	348.804	1.060.859
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	3.131.847	-	3.131.847
Empréstimos correntes	-	-	1.062.912	-	1.062.912
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	276.074	-	276.074
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	22.299	-	22.299
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	88.158	-	88.158
Outros passivos não correntes	-	-	696	7.468	8.164
Outros passivos correntes	-	-	157.505	8.287	165.792
Total de passivos financeiros	-	-	4.739.491	15.755	4.755.246

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2017, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa, bancos e títulos negociáveis	28.023	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	1.624	-
Ativos financeiros ao justo valor	Outros investimentos	719	-	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	1.335	-

Estimativa de justo valor – ativos e passivos que não estão ao justo valor

A mensuração do justo valor dos instrumentos financeiros derivados baseia-se em parâmetros extraídos de base de dados de agências de informação externas, sendo os resultados obtidos confrontados com as correspondentes avaliações efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 18, a generalidade dos mesmos, com maturidades mais longas, encontra-se contratada a taxas de juro variável com margens que se estimam serem próximas das que seriam possíveis ser contratadas em 30 de junho de 2017. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado, com exceção das Senior Notes emitidas pela Cimpor B.V. e de dívida contraída nos segmentos do Brasil e Argentina e Paraguai, cujo efeito da valorização ao justo valor, face ao respetivo valor contabilístico em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente, é o seguinte:

	Junho 2017	Dezembro 2016
Justo valor	1.120.938	1.410.143
Valor contabilístico	1.192.400	1.500.195

23. Eventos subsequentes

Yguazú Cementos, S.A. (“Yguazú”)

Em 8 de agosto de 2017, a controlada Yguazú captou dois novos empréstimos em guaranis, no montante total de PYG 423.000 milhões, equivalentes a cerca de 65 milhões de euros. No primeiro ano, os juros variam entre 8,5% a 9% ao ano, e para os demais anos, os juros serão calculados conforme taxa média divulgada pelo Banco Central Paraguai, mais *spread*. Os juros são devidos semestralmente, a partir de fevereiro de 2018, e o principal será liquidado em quinze parcelas semestrais, a partir de agosto de 2018. Em 14 de agosto de 2017, os recursos foram destinados para o pagamento antecipado da totalidade dos empréstimos da controlada Yguazú (Nota 18). Os referidos empréstimos estão garantidos por hipoteca da instalação fabril no Paraguai e penhora dos ativos da mesma.

Loma Negra, CIASA. (“Loma Negra”)

No âmbito das iniciativas que o Grupo se encontra a desenvolver tendo em vista a redução da sua alavancagem financeira, o Conselho de Administração da sua subsidiária na Argentina Loma Negra, continua a promover iniciativas que permitam dotar a Loma Negra dos requisitos necessários para promover uma oferta de capital nos mercados de capitais doméstico e internacionais. Neste enquadramento submeteu em 5 de setembro de 2017 à U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC” nos Estados Unidos da América) o documento F1 (Registration Statement Under the Securities Act of 1933).

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS (1)

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social (2)	% de Direitos de Voto (3)
Participações Morro Vermelho	632.933.437	94,19%	94,19%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	632.933.437	94,19%	94,19%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	131.353.069	19,55%	94,19%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	501.580.368	74,64%	94,19%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	501.580.368	74,64%	94,19%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CMVM perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida	501.580.368	74,64%	74,64%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida)	131.353.069	19,55%	19,55%

(1) Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

(2) Com direito de voto

(3) Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o prescrito no artº 447º do Código das Sociedades Comerciais e no regulamento nº 5/2008 da CMVM, a seguir se indica a posição final a 30 de junho de 2017, das ações Cimpor pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, quadros dirigentes e entidades estreitamente relacionadas com os mesmos, sendo que ao longo do primeiro semestre apenas se registaram as transações, abaixo referidas:

Ações

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2016	N.º Títulos 30-06-2017	Movimentos no primeiro semestre de 2017			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
Daniel Proença de Carvalho	1	1				
António Soares Pinto Barbosa	4.237	4.237				

Sociedades estreitamente relacionadas com Dirigentes

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2016	N.º Títulos 30-06-2017	Movimentos no primeiro semestre de 2017			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l ⁽¹⁾	131.353.069	131.353.069				

⁽¹⁾ Pela pessoa consigo relacionada, José Édison Barros Franco, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpor.

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Armando Sérgio Antunes da Silva

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

Ricardo Fonseca de Mendonça Lima

José Édison Barros Franco

António Henriques de Pinho Cardão

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Entidade”) e suas subsidiárias (“Grupo”), que compreendem a demonstração condensada da posição financeira consolidada em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 4.208.657 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 717.480 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível a acionistas de 198.567 milhares de euros), a demonstração condensada do resultado e de outro rendimento integral consolidado, a demonstração condensada das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração condensada dos fluxos de caixa consolidados relativas ao semestre findo naquela data, e o anexo a estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras condensadas consolidadas de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia, e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada Pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuamos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e conseqüente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras condensadas consolidadas.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras condensadas consolidadas anexas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 30 de junho de 2017 não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar tal como adotada na União Europeia.

Ênfase

O Grupo apurou no semestre findo em 30 de junho de 2017 um resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas negativo em 198.567 milhares de Euros, o qual, conforme indicado nas Notas 6 e 12 do anexo, encontra-se impactado pelo registo de perdas por imparidade nos ativos fixos tangíveis afetos à área de negócios do Brasil no montante de, aproximadamente, 192.000 milhares de Euros. Adicionalmente, em 30 de junho de 2017, a imparidade acumulada no *goodwill* afeto à área de negócios do Brasil ascende a, aproximadamente, 592.000 milhares de Euros. Naquela data, os ajustamentos de conversão cambial acumulados no capital próprio atribuído a acionistas, decorrentes da conversão para Euros de demonstrações financeiras de subsidiárias estrangeiras com moeda funcional distinta, registados na demonstração condensada da posição financeira consolidada, eram negativos em, aproximadamente, 1.177.000 milhares de Euros (1.045.000 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2016). Por fim, em 30 de junho de 2017, o capital próprio atribuível a acionistas nas demonstrações financeiras condensadas consolidadas da Empresa é negativo em, aproximadamente, 767.000 milhares de Euros.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017: (i) o passivo corrente consolidado, no qual se incluem financiamentos concedidos pela acionista Intercement Austria Holding GmbH no montante de, aproximadamente, 769.000 milhares de Euros, excede o ativo corrente consolidado em, aproximadamente, 665.000 milhares de Euros, e (ii) conforme mencionado na Nota 22 do anexo, em 31 de dezembro de 2016 o Grupo não cumpria com o limite de endividamento estabelecido em diversos contratos de financiamento, tendo negociado com as correspondentes instituições financeiras a suspensão, até 31 de dezembro de 2017, da aplicação das condições associadas ao referido incumprimento.

Face ao exposto, existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em se manter em continuidade. Na Nota 2 do anexo, encontram-se divulgados os planos existentes com vista à resolução da situação.

A nossa conclusão relativamente às demonstrações financeiras condensadas consolidadas não é modificada com respeito a esta matéria.

Lisboa, 13 de setembro de 2017

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC